

Reforma tributária passa na Câmara após 30 anos

PODER

Em votação histórica, Câmara aprova a reforma dos impostos, depois de o tema passar mais de três décadas em discussão. Ministro Fernando Haddad agradece ao Congresso e diz esperar a promulgação da PEC ainda neste ano

Enfim, um novo sistema tributário

ANDREA MALCHER, EDLA LULA, EVANDRO EBOLI

Com o plenário praticamente vazio, mas com 510 presenças marcadas... por meio da votação remota, já que boa parte dos deputados retornou aos respectivos estados...

Principais pontos

Veja como ficará a cobrança conforme o texto aprovado

- 1. Simplificação de impostos. Cinco impostos - PIS, Cofins e IPI, que são federais, e ICMS e ISS, municipal e estadual, respectivamente - serão substituídos pelo imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será dual, ou seja, dividido em duas partes.
2. Cumulatividade. O regime passa a ser não cumulativo, com o fim da cobrança em cascata dos impostos.
3. Cobrança no destino. A tributação passa a ser feita no estado onde o produto foi produzido...



Repercussão é positiva

ROSANA HESSEL

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) comemorou a aprovação da reforma tributária pela Câmara, ontem. O texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 45/2019), sob a relatoria do deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PE), sofreu alterações dos senadores e, depois de várias negociações, recebeu o aval dos deputados nas votações em dois turnos...

O Brasil amadureceu, enfim, a mais importante das reformas, porque ela organiza o sistema produtivo. O Brasil amadureceu, enfim, a mais importante das reformas, porque ela organiza o sistema produtivo...

introduzido pelo relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), mas retornou à proposta um texto com o mesmo teor, só que com cobrança do imposto sobre Produto Industrializado (IPI) - Zona Franca de Manaus. A diferença é que, com a Cide-Manaus, os recursos recolhidos seriam destinados ao Fundo Amazônia. Outro trecho excluído foi a desoneração de 60% sobre a alíquota padrão para produtos que não entram na lista da cesta básica nacional...

medicamentos e dispositivos médicos por entidades de assistência social sem fins lucrativos, como previa o texto de Braga. O relatório alega o "fútil controle" e suprima também o benefício nas aquisições pela administração pública "por ser desnecessário, tendo em vista o regime diferenciado de compras governamentais".

Divergência. Braga sinalizou suas divergências às alterações feitas por Ribeiro, ontem, e afirmou que pode recorrer ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no momento da promulgação para que o texto termine no mesmo na Casa. "A promulgação é sempre do presidente do Congresso. A avaliação é dele e poder entender que há a necessidade, ou não, de o texto voltar ao Senado. Ele fará a avaliação final", argumenta. A oposição tentou adiar a votação, bem como tentou aprovar 11 destaques no primeiro turno e outros dois no segundo, que, porém, não foram acatados. A bancada do PT, partido do ex-presidente Luiz Bolsonaro, inclusive votou 16 de seus deputados a favor da medida em primeiro turno, no segundo, foram 15, mesmo com a orientação contrária. Na primeira passagem da reforma tributária pelo plenário da Câmara, em julho, pelo menos 20 parlamentares da sigla também foram favoráveis, o que provocou desconfortos entre os correligionários. O novo sistema tributário transforma cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) no imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual e o imposto sobre Bens e Serviços (IBS) vai substituir os tributos estadual e municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) ficará em lugar dos tributos federais. O texto estipula a alíquota padrão a ser paga na maioria dos produtos. Haverá uma alíquota reduzida, de 30%, 65% ou 70% para produtos ou serviços que foram excepcionados nos debates da Câmara. A FEC, criou, ainda, o imposto Seletivo (IS), para sobretaxar produtos que fazem mal à saúde...



Segundo Arthur Lira, semana que vem haverá sessão todos os dias

Pauta cheia para "terminar o ano bem"

ALINE BRITO, ANDREA MALCHER

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a última semana antes do recesso parlamentar vai ter sessão no plenário da Casa todos os dias, com pauta cheia e projetos importantes para serem votados. De acordo com o deputado, "de segunda a sexta-feira" da semana que vem, vai ter sessão "para terminarmos o ano bem". Lira disse que, além do Orçamento, aprovada, ontem, na Câmara (leia reportagem na página 3), Entre os dias 19 e 22, devem ocorrer mais uma ou duas sessões. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou, na quinta-feira, que os deputados e senadores se reunirão para analisar a LDO em alguns dias e o projeto de leis que foram aditados na última sessão conjunta. Segundo ele, os parlamentares estão se esforçando para "segurar a pauta" e "dar estabilidade jurídica" às matérias até o fim do ano. "Muita coisa avançou. Nós fizemos a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Transição, fizemos regime fiscal, aprovamos a Reforma Tributária. Voltamos diversos projetos, como o dos fundos exclusivos, das offshores, das apostas esportivas, e a regulação do mercado de carbono no Senado, (que hoje está na Câmara). Pacheco destacou que "houve muita produtividade". "É o importante é que a gente chegue ao fim do ano com essa estabilidade, especialmente nesses projetos mais sensíveis, com a ordem jurídica estabelecida, com veto que tem que ser mantido seja mantido o que tiver de ser rejeitado seja rejeitado, a partir do que é mais sagrado na democracia, que é a voz do colegiado", acrescentou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2